

**UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O ASSENTAMENTO 2 DE JUNHO,  
MUNICÍPIO DE OLHOS D'ÁGUA – MG**

**A GEOGRAPHICAL LOOK AT THE JUNE 2 SETTLEMENT IN OLHOS D'ÁGUA  
MUNICIPALITY, MINAS GERAIS, BRAZIL**

**UNA MIRADA GEOGRÁFICA DEL ASENTAMIENTO 2 DE JUNIO EN EL  
MUNICIPIO OLHOS D'ÁGUA, MINAS GERAIS, BRASIL**

Andeson Bertholi<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-1057-1651>

Cibele Pinheiro Maciel Bertholi<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0001-6536-8816>

Daniele Cristina Silva Vieira<sup>3</sup> <https://orcid.org/0000-0001-9903-7150>

---

**RESUMO**

O Assentamento 2 de junho foi criado no ano de 1999 a partir do movimento de 17 famílias de antigos acampados. Atualmente, o assentamento abriga cerca de 100 famílias, que ocupam, vivem e trabalham em aproximadamente 14 mil hectares do projeto. Localizado entre grandes latifúndios monocultores de eucalipto e produção pecuária, áreas de mineração e o Parque Nacional das Sempre Vivas é marcado pela intensa luta dos pequenos produtores do Norte de Minas Gerais diante do avanço das atividades capitalistas no campo. Ademais, essa luta histórica encontra, no projeto de assentamento, pistas sobre a importância da terra para a reprodução social camponesa, pelo trabalho e pela materialização dos saberes e fazeres tradicionais de uso da terra, bem com a cultura forjada por esses grupos que empreendem também o simbólico no processo de territorialização de suas práticas. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo retratar o contexto da organização socioespacial desse grupo de assentados, a partir da comunicação sobre suas atuais práticas, com base no levantamento e na coleta de dados em órgãos oficiais, entrevistas e relatórios de campo, além de uma revisão bibliográfica sobre a importância desses movimentos que lutam pelas terras e as conquistas atreladas aos projetos de reforma agrária no país. Conclui-se que a territorialização camponesa marca a vida e a paisagem da região Norte de Minas Gerais e tem no PA 2 de Junho um importante testemunho dos impactos sociais, econômicos e espaciais implementados por esses projetos coletivos.

**Palavras-chave:** Luta pela terra. Reforma agrária. Assentamento. Desenvolvimento local.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor do Departamento de Geociências e PPGeo da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail [anderson.bertholi@unimontes.br](mailto:anderson.bertholi@unimontes.br)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGeo/UNIMONTES. Bolsista CAPES. E-mail [cibelebertholi@gmail.com](mailto:cibelebertholi@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail [danielev684@gmail.com](mailto:danielev684@gmail.com)

## ABSTRACT

Settlement June 2 was created in 1999, from the movement of 17 families of campers. Currently, the settlement houses around 100 families, who occupy, live and work in approximately 14 thousand hectares of the project. Located between large monocultures of eucalyptus and livestock production, mining areas and the Always Alive National Park, it is marked by the intense struggle of small producers in the north of Minas Gerais in the face of the advance of capitalist activities in the countryside. In addition, this historical struggle finds, in the settlement project, clues about the importance of land for peasant social reproduction, through work and the materialization of traditional knowledge and practices of land use, as well as the culture forged by these groups that also undertake the symbolic in the process of territorialization of their practices. In this sense, the present work aims to portrays the context of the socio-spatial organization of this group of residents, based on the communication about their current practices, based on a survey and the collection of data in official bodies, interviews and field reports, as well as a bibliographic review on the importance of these movements that fight for the lands and the conquests linked to the Agrarian Reform projects in the country. It is concluded that peasant territorialization marks the life and landscape of the north of Minas Gerais and has on June 2 an important testimony of the social, economic and spatial impacts implemented by these collective projects.

**Keywords:** Fight for the land. Agrarian reform. Settlement. Local development.

---

## RESUMEN

El Asentamiento 2 de junio fue creado en 1999, a partir del movimiento de 17 familias de acampados. Actualmente, el asentamiento alberga alrededor de 100 familias, quienes ocupan, viven y trabajan en aproximadamente 14 mil hectáreas del proyecto. Ubicado entre grandes monocultivos de eucaliptos y producción ganadera, zonas mineras y el Parque Nacional de las Siempre Vivas, está marcado por la intensa lucha de los pequeños productores del norte de Minas Gerais ante el avance de las actividades capitalistas en el campo. Además, esta lucha histórica encuentra, en el proyecto del asentamiento, pistas sobre la importancia de la tierra para la reproducción social campesina, a través del trabajo y de la materialización de los saberes y las prácticas tradicionales del uso de la tierra, así como la cultura forjada por estos grupos que también emprenden lo simbólico en el proceso de territorialización de sus prácticas. En este sentido, Este trabajo pretende retratar el contexto de la organización socioespacial de este grupo de pobladores, a partir de la comunicación sobre sus prácticas actuales, a partir de una encuesta y de la recolección de los datos en organismos oficiales, entrevistas e informes de campo, además de una revisión bibliográfica sobre la importancia de estos movimientos que luchan por las tierras y las conquistas vinculadas a los proyectos de la Reforma Agraria en el país. Se concluye que la territorialización campesina marca la vida y el paisaje del norte de Minas Gerais y tiene en el 2 de Junio un testimonio importante de los impactos sociales, económicos y espaciales implementados por estos proyectos colectivos.

**Palabras clave:** Lucha por la tierra. Reforma Agraria. Asentamiento. Desarrollo local.

---

## INTRODUÇÃO

É ponto pacífico que o modelo de desenvolvimento econômico promovido pela agropecuária capitalista brasileira privilegia as grandes propriedades e a produção para exportação, em um movimento constante e agressivo de exploração do homem e da terra.

O agronegócio surge como estratégia de modernização dos grandes latifúndios, historicamente associados à subutilização da terra. Por meio da utilização de novas tecnologias, é possível produzir cada vez mais em novas frentes da chamada fronteira agrícola, em um movimento que preconiza a concentração de poder, riqueza e terra.

À luz de Fernandes (2001), pode-se asseverar que foi a fragmentação da agricultura camponesa que possibilitou uma divisão dos pequenos agricultores em diferentes classes socioeconômicas. Nesta fragmentação, coloca-se os camponeses como atrasados e não o seu empobrecimento e capitalização como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas sim como diferentes tipos de organização do trabalho. Foi graças a essa fragmentação que se constituem diferentes tipos de organização de trabalho e a intensificação da resistência camponesa como, por exemplo, a Via Campesina que, no Brasil, é composta pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Ao ter o poder e a dominação como essência, o agronegócio sempre procurou manter o controle sobre política e território, caracterizando uma tentativa de combater as ocupações de terra e tirar a luta popular do campo. Sendo assim, o agronegócio criou uma política chamada Reforma Agrária de Mercado, atualmente denominada Crédito Fundiário. A cada ano que passa, o agronegócio territorializa-se com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa/familiar. Com o aumento de desemprego estrutural ocorre o empobrecimento dos pequenos agricultores, não restando-lhes outra alternativa senão o compartilhamento da terra como forma de ressocialização (OLIVEIRA, 1987).

Para Fernandes (2001, p. 24-27), a questão agrária foi um problema produzido pelo capitalismo e por outros sistemas que anteriormente subornavam e tentavam destruir o campesinato, que se tornou um dos principais temas da questão agrária da atualidade. Sendo assim, o campesinato torna-se ao mesmo tempo velho e atual, pois, ainda hoje, ele carrega consigo todos os traços do passado que são reproduzidos no trabalho familiar, nos seus costumes e, principalmente, por meio de suas lutas.

Tanto o capitalismo quanto o campesinato são produtores do espaço e se modelam, são renovados por meio das relações sociais que sucedem e dão origem aos novos conceitos,

como: agronegócio e agricultura familiar. Desse modo, com uma minuciosa análise em artigos selecionados pelo autor, ele tenta compreender como o agronegócio tornou-se um dos elementos mais agressivos da questão agrária. Assim, chegou à conclusão de que o processo de criação do agronegócio ocorreu em longo prazo por intermédio da acumulação de capital e de tecnologia dos capitalistas que fortaleceram as relações entre si (OLIVEIRA, 1987).

Já a agricultura familiar, no Brasil, surgiu durante o neoliberalismo dos anos de 1990, como um conceito moderno em relação ao conceito de camponês. Com isso, gera-se um impacto na realidade e são criadas políticas públicas direcionadas para este conceito, tais como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) e um movimento socioterritorial nacional chamado de Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), mesmo que muitos entendam o campesinato e agricultura familiar como elementos distintos (WANDERLEY, 2003).

Por isso, vale destacar que Fernandes (2001, p. 42) reiterou o quanto esses dois conceitos foram compreendidos por diferentes apreciações, tendências e paradigmas representados pelas leituras que se faz da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista.

Fernandes (2001, p. 50) evidencia que temos dois principais fatores que intensificaram as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. O primeiro está relacionado com as políticas de ajuste estrutural realizadas e o segundo está ligado às crises alimentares e à expansão das commodities de agroenergia, que aumentou à demanda por terra por parte do agronegócio.

Diante disso, o autor acima fez uma comparação e análise entre um de seus trabalhos e os de outros autores para entender como as lutas camponesas promovem o desenvolvimento territorial a partir da luta pela terra e outras manifestações de resistências. Mesmo que esse desenvolvimento tenha vários modelos, todos eles contêm um ponto em comum, que é a visão da superação da antiga visão setorial, predominantemente econômica.

A conflitualidade é um processo que ocorre de forma contínua que explica contradições e desigualdades do sistema capitalista ao mostrar a necessidade do debate sobre o controle de desenvolvimento. Por meio dela, ocorrem os processos geográficos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes classes sociais.

Outro ponto abordado por Oliveira (1987) é a necessidade de políticas para o desenvolvimento, de acordo com as lógicas das relações sociais, sejam elas públicas ou privadas. No território do agronegócio, as políticas implantadas baseiam-se na lógica do trabalho assalariado e na produção de *commodities* para exportação, diferentemente dos

camponeses, visto que suas políticas eram desenvolvidas a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou assalariado, visando a diversas culturas, desde o mercado local até o de exportação, porque cada um desses cenários era introduzido em políticas de acordo com sua lógica e com seu modo de produção.

No Brasil, surgiram ao longo das décadas diversas políticas públicas emancipatórias que, geralmente, foram projetadas de baixo para cima com o objetivo de libertar o pequeno produtor dessa lógica de subalternidade (FERNANDES, 2001).

Outro elemento que o autor considera como parte da questão agrária é a *estrangeirização* das terras, fenômeno esse que ocorre em países emergentes e pobres que vendem ou alugam grandes pedaços de terras para países ricos que têm como objetivo a produção agrícola em grande escala para promover um maior desenvolvimento do agronegócio e o surgimento de novos mercados.

Doravante a luta pela terra, os movimentos sociais pautados nessa agenda sustentam as principais conquistas dos camponeses no Brasil, fazendo parte de um importante capítulo de sua história. Por isso, discute-se o conceito clássico de reforma agrária baseado na desapropriação de terra, definição que não descreve a realidade do país, visto que a reforma agrária tem como componente principal a regularização fundiária, tal como foi realizado em anos anteriores. Para que a reforma agrária seja efetivada, deve-se ir além da desconcentração fundiária e passar a eliminar essa predominância que existe do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento agropecuárias por começar, assim, a valorizar e reconhecer os diferentes tipos de relações de produções: familiar e a cooperativa (OLIVEIRA 1987).

Na década de 90, ocorreu uma confusão em relação à agricultura familiar e, por isso,

[...] durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi rotular o campesinato como atrasado e que para se desenvolver era necessário que este sujeito se tornasse um agricultor familiar integrado ao capital. Visão essa formada devido à diferenciação econômica que existe entre os pequenos agricultores, fazendo com que seja criada a ideia de um campesinato atrasado e um agricultor familiar (FERNANDES, 2001, p. 82).

Conforme o ponto de vista capitalista, a reforma agrária é vista como uma política para pobres ao fazer com que os sem-terra, por meio de um pedaço de terra, sejam integrados ao capitalismo, no sentido de torná-los mordemos. Tal estilo é colocado pelo agronegócio como um modelo de modernidade e desenvolvimento, tanto da agricultura quanto da pecuária, visão essa que o autor coloca como extremamente delimitada, pois nem todos os camponeses provenientes das políticas de reforma agrária vão conseguir se integrar ao capitalismo.

Além disso, destaca-se a atuação do governo Lula diante das questões agrárias do país. No entanto, mesmo que se tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, elas não foram suficientes para realizar uma reforma agrária por completa e nem para diminuir a inferioridade imposta ao campesinato diante do comércio do agronegócio.

De acordo com Fernandes (2001), a reforma agrária de Lula em seus dois mandatos ainda trouxe resultados significativos como 37% da meta do II PNRA no primeiro mandato, a regularização de 74% das áreas de assentamentos, bem como facilitou o acesso à terra de 377 mil famílias que, somadas às famílias já assentadas em governos anteriores, chegam a um milhão, contribuindo com a redução da intensa queda da população rural do Brasil.

No segundo mandato do governo Lula, ocorreu uma queda na reforma agrária do país, que reduziu o número pela metade. As razões para explicar essa queda têm relação com o aquecimento da economia que fez com que as pessoas diminuíssem seus interesses em trabalhar como agricultores devido à baixa renda que possuem, figurando como um fator de repulsão. Mesmo que existam várias políticas públicas que auxiliam o agricultor, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Aquisição de alimento e também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), eles não foram suficientes para mudar a realidade de pobreza nos assentamentos e no campo.

Por isso, “o Brasil, mesmo sendo o quinto maior país em extensão territorial, possui enormes desigualdades [...]” (FERNANDES, 2001, p. 93). O Brasil tem 8.514.876,599 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) e possui extremas desigualdades territoriais que mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0.854, sendo que a maior parte dessas terras está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. Essas empresas controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária, produzindo predominantemente *commodities*. Deste modo, o agronegócio, no Brasil, constitui-se como um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos destinados à economia doméstica (NUNES, 2007).

Conforme o Censo Agropecuário (2006), a produção agrícola camponesa produziu um valor bruto de 38% do setor, ou 54 bilhões de reais, ocupando apenas 24% da área total agricultável, enquanto o agronegócio ocupou 76% desta área e produziu um valor bruto de

62% ou 89 bilhões de reais. Contraditoriamente, os agricultores camponeses receberam somente 15% do crédito agrícola, enquanto o agronegócio abocanhou 85% do total de crédito destinado pelo governo brasileiro.

Ainda na perspectiva da conflitualidade e desenvolvimento territorial, Fernandes (2001) corroborou que a questão agrária é entendida a partir de dois processos: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Diante disso, entende-se que o conflito sempre prejudica o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. O momento em que ocorre um enfretamento entre classes, envolvendo os camponeses e o Estado, é marcado por conflitos e, para compreender melhor este conceito, o autor utiliza a palavra conflitualidade. Fernandes (2001, p. 23) conceituou que “(...) a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo”.

Entre os maiores desafios para a Ciência Humana e para a Geografia, está o entendimento sobre a questão agrária que nasce por meio de uma injustiça produzida pelo capitalismo, resultado de diferentes fatores políticos e econômicos que, juntos, ocasionam a concentração de riquezas, a expansão da miséria e a pobreza pelo mundo, pois, devido a esses motivos, são geradas conflitualidades.

Ao revisitar a literatura, Fernandes (2001, p. 226) elucidou que:

A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explica o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento.

O desenvolvimento e a conflitualidade foram tratados, durante o século XX, separadamente. Com isso, eles agem de forma conjunta ao figurar como grandes transformadores do espaço geográfico, ou seja, eles modificam paisagens, criam novas áreas e refazem costumes. Por esse motivo, para entender melhor a questão agrária esses princípios não são estudados isoladamente, visto que se sugere, equivocadamente, que o capitalismo traz o desenvolvimento e a luta pela terra por intermédio dos conflitos.

É nesse contexto que as práticas tradicionais de agricultura, garantidas pelos projetos de assentamentos, se encontram, como no caso do PA 2 de Junho, em Olhos D' Água (MG) em um embate por mostrar sua validade dentro de uma engrenagem de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico do agronegócio.

A formação do campesinato ocorreu basicamente por dois vieses, sendo que ambos geram a conflitualidade e os diversos tipos de desenvolvimento. O primeiro acontece a partir

da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. O segundo pela criação e recriação do trabalho camponês (NUNES, 2007).

Até o final da década de 80, ocorreu um constante debate que se tornou um grande paradigma na questão agrária, que era a respeito da permanência ou fim do campesinato. Na década de 90, surgiu então outro paradigma relacionado aos limites do desenvolvimento produtivista, próprio do capitalismo contemporâneo (WANDERLEY, 2003). Nesse sentido,

[...] propõe uma ruptura com o paradigma marxista [...] ou lenista/kautskyano [...] e apresenta uma leitura em que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou (FERNANDES, 2001, p. 232).

Para entendermos melhor a conflitualidade, temos que estar cientes de que a solução de conflitos pode gerar tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos, que também são resolvidos. Com conflitualidade é diferente, pois ela permanece presente dentro de espaços na sociedade esperando o momento de agir e manifestar seus direitos.

Para Fernandes (2001), a conflitualidade contém sua natureza dentro do conflito e está interligada com a renda de terra, concentração da estrutura fundiária, técnicas econômicas e políticas, dentre outros. Como resposta para essas conflitualidades, insere-se a luta pela terra por meio da reforma agrária.

O autor acima citado destacou a constância dos conflitos e lembrou o episódio ocorrido em 5 de novembro de 1995, quando o presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto, foi para o Pará participar da entrega dos lotes do assentamento Palmares, que foi criado com a desapropriação da fazenda Rio Branco, acreditando que tinha solucionado um conflito e chegando lá se deparou com outro. Encontra-se, então, no município de Eldorado dos Carajás um novo acampamento com milhares famílias que reivindicavam uma nova desapropriação, isto é, da fazenda Macaxeira. Um ano depois, devido essas famílias realizarem diversas reivindicação em prol da sua desapropriação, ocorreu uma tragédia conhecida no país inteiro como o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Segundo Fernandes (2001, p. 253),

[...] do ano de 1992 para 2003 houve um crescimento significativo de 89 milhões de hectares dos imóveis com menos de 200 hectares, o que pode ser compreendido graças à integração de 20 milhões de hectares que vieram da introdução de assentamentos rurais, que ocorreram graças a conflitos e ocupações realizadas.



Outro ponto discutido pelo autor é a questão de como ocorre a apologia ao agronegócio realizada, principalmente, pela mídia, empresas e até mesmo pelo Estado, visto que se cria uma espécie de proteção a este modelo por meio da construção de uma imagem que oculta todo seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente, à medida que se dá ênfase somente no lado do caráter produtivista, no aumento de riquezas para o país e de novas tecnologias. Dessa maneira, o espaço do agronegócio aparenta ser produtivo ao ficar, assim, longe de ameaças de ocupação de terras, porém, na verdade, ele não passa de um novo tipo de latifúndio que, além de concentrar grandes hectares de terras, ainda é detentor também da tecnologia de produção e das políticas de desenvolvimento.

Fernandes (2001) traz uma breve análise acerca das lutas pela terra realizadas por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essa é uma antiga forma de ação do campesinato brasileiro que cada vez mais se intensifica com o aumento do número de famílias sem-terra e de ocupações ocorridas. Por isso,

A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades de pequena a grande porte, inclusive em regiões metropolitanas, para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com este ato inauguram um espaço de socialização política. Neste espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude iniciam uma dimensão do espaço de socialização política, que chamamos de espaço comunicativo (FERNANDES, 2001, p. 266).

Do ponto de vista de Fernandes (2001), essas famílias ouviram a proposta apresentada pelo MST como um ponto de esperança e medo ao mesmo tempo. Esperança, porque naquela explanação há exemplos de quem lutou e conquistou a terra. Medo, porque a batalha contém diferentes perigos, inclusive, a morte durante enfrentamentos.

Contudo, devido os efeitos gerados pela conflitualidade do desemprego e exclusão social, várias famílias optam pela luta dos sem-terra ocupando uma propriedade privada ou até mesmo pública. Com isso, acampam nas margens de uma rodovia e, a partir dessa ação, o espaço de luta e resistência ganha o nome de acampamento e causa um grande impacto na paisagem, mostrando que todas aquelas famílias que estavam naquele movimento querem mudar suas realidades à medida que reivindicam condições dignas de vida. Sem poder ignorá-las, os discursos políticos começam a despejar e a reprimi-los. Assim, nasceu um dos conflitos mais antigos do Brasil, que é o latifúndio contra o sem-terra.

O responsável a solucionar esse conflito, que é uma nova forma de criação e recriação do campesinato, é o Estado por meio do assentamento dessas famílias ou com repressão política. No entanto, nem a violência física praticada pelos latifundiários ou pelo Estado contra os sem-terra faz com que diminuam as ocupações distribuídas pelo país.

Mesmo sendo uma afronta aos princípios do capitalismo, a ocupação de terra é uma forma de desenvolvimento, pois as áreas ocupadas quando transformadas em assentamentos se tornam propriedades familiares que contribuem com o crescimento do Produto Interno bruto (PIB) do Brasil (CALDART, 2001).

Nos dizeres de Fernandes (2001), o espaço é uma dimensão da realidade ao se tornar uma categoria de análise da Geografia que se deve sempre estudar para poder compreender todas as suas dimensões e transformações constantes. Entretanto, devido a sua grande abrangência, o conceito é utilizado de diferentes modos. Assim, o autor citado lembra que o espaço social está dentro do espaço geográfico e, constantemente, vem sendo transformado pelas relações sociais que resultam em espaços materiais e imateriais. Como ele afirmou: “O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares (FERNANDES, 2005, p. 282).

As relações sociais, além de produzir espaços carregados de desigualdade, exclusão e conflitos, trazem como resultado de sua intencionalidade um espaço fragmentado, como: político, econômico, cultural, dentre outros, que com todos eles fazem parte de um só espaço: o geográfico.

É a partir dessa intencionalidade das relações sociais que surgiram diferentes leituras socioespaciais, como a do espaço geográfico e o específico, porque “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2001, p. 284). Por essa razão, devido este espaço formar-se por limites e fronteiras, ocorrem dentro dele várias conflitualidades, ao possuir qualidades composicionais e complementares dos espaços.

Portanto, territórios são países, regiões, salas, conhecimento e vilas que são divididas em territórios concretos e imateriais. Vale frisar que o espaço de uma nação é formado com base no concreto e nas suas normas e regras, isto é, o território imaterial.

De acordo com o autor, os processos geográficos são constituídos por movimentos de processos espaciais e relações sociais que criam espaços, lugares, territórios, paisagens, dentre outros. Por isso, esses processos se dividem em dois grupos: os processos geográficos primários que são formados por espacialização, espacialidade, territorialização e

territorialidade; e os procedentes formados por desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade e reterritorialidade.

Conforme Fernandes (2001, p. 287), “a territorialização é o resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais”. Discutindo de forma mais clara alguns desses conceitos, o autor traz algumas explicações. Na territorialidade, tem-se dois tipos: a local e a deslocada.

A local vai depender os usos que as pessoas fazem dela, o que implica ser simples quando se usa para uma única atividade e múltipla quando é usada para diferentes ações. Entre esses dois tipos está a territorialidade deslocada, que é a reprodução de ações típicas de uma região que ocorrem em outro território. Em contrapartida, a desterritorialidade vai fazer o impedimento dessas práticas nesses locais. Por fim, há a espacialização que para o autor “[...] trata de um movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território” (FERNANDES, 2001, p. 288).

No Brasil, desde 1980 a geografia começou a intensificar seus estudos em relação aos movimentos sociais e somente em 1990 passou a levar em conta as dimensões geográficas das ações e relações que foram construídas pelos movimentos sociais, sejam elas políticas, econômicas, ambientais, culturais ou sociais.

Para atingir seus objetivos, os movimentos socioterritoriais construíram espaços políticos que, muitas vezes, se formam por meio da territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2001).

Seguindo a mesma tese do debate sobre a questão agrária à luz da Geografia, há a intocável contribuição de Wanderley (2003) sobre o agrário brasileiro quando chama a atenção para uma reflexão voltada aos conceitos de campesinato e de agricultura familiar. Sendo assim, associa-se o primeiro às forças dominantes nas sociedades tradicionais, ao passo que desconsidera a história camponesa da agricultura familiar.

A partir da implantação do Pronaf, no Brasil, surgiu a dificuldade de definir a agricultura familiar, uma vez que alguns ainda confundem o seu conceito com a definição operacional desse programa, porque:

Agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento (WANDERLEY, 2003, p. 43).

Destaca-se a questão da modernização das atividades no campo ao produzir, assim, uma agricultura modernizada com a atuação do Estado diferentemente do campesinato. Há duas dimensões distintas, porém complementares, visto que a primeira reporta ao campesinato por se constituir, historicamente, como uma civilização ou uma cultura que passa por transformações ao longo do tempo e espaço. Com efeito, Wanderley (2003, p. 45) reiterou que:

[...] o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade.

Na segunda visão, o campesinato foi visto como uma forma social particular e mais restrita de organização da produção, em razão da produtividade realizada pelos camponeses e feita por membros da família por meio de um trabalho coletivo.

Pode-se perceber que essas duas versões estão ligadas, pois apenas o saber tradicional trazido por estes camponeses de geração em geração não é suficiente para conduzi-los ao caminho econômico. Por isso, faz-se necessária a introdução de equipamento e conhecimentos técnicos que ajudem desde o preparo da terra até uma melhor gestão de sua contabilidade (WANDERLEY, 2003).

Os camponeses não têm uma profissão definida, mas sim um modo de vida que, com a introdução da modernização, muda aos poucos fazendo com que se transforme em um agricultor de vários campos e níveis.

Com a chegada da modernização, alguns camponeses abandonaram o cultivo de subsistência ao não conseguirem acompanhar essas inovações. Além das rupturas que ocorreram na passagem do campesinato tradicional para a agricultura familiar moderna, faz-se necessário destacar alguns pontos de continuidade entre si, porque:

Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês 'adormecido' de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2003, p. 48).

A autora ainda ressaltou alguns pontos de rupturas e continuidades entre o campesinato e a agricultura familiar. O primeiro a ser citado é o modo de produção de cada um, pois os camponeses plantavam somente para garantir subsistência familiar, porque eles não produziam além do que necessitavam. Na agricultura familiar, os agricultores plantam

para seu autoconsumo e também para o comércio, pois necessitam de recursos para o pagamento de investimentos realizados com destinos variados.

O segundo tópico a ser analisado insere-se naquilo que o camponês valoriza muito, ou seja, o seu passado e suas tradições, enquanto a agricultura moderna transfere o primado ao futuro com o uso do planejamento, sem deixar de lado também alguns ensinamentos dos seus antepassados. Como relembra a autora:

Todas essas transformações são incontestáveis, mas, para muitos agricultores familiares, a força do passado não se enfraqueceu e permanece como uma referência que determina as práticas e as representações das famílias. Assim, apesar da crescente influência da escolarização, os agricultores nunca renunciaram à socialização dos filhos pela própria família (WANDERLEY, 2003, p. 51).

A autora colocou em pauta a pluriatividade das famílias agrícolas, porque se trata de uma diversificação de atividades realizadas pelas famílias fora do estabelecimento com o intuito de assegurar a sua permanência ao ocorrer por diversos fatores, principalmente porque o estabelecimento não é capaz de absorver toda a mão de obra ou por ter um mais tempo livre, quando se torna um ponto de convergência para todos os membros da família.

No Brasil, muitos agricultores apresentam uma história muito forte, visto que o camponês não tem nenhuma invenção moderna produzida pelo Estado. Todavia, é fundamental uma adaptação que possa melhorar as condições modernas de produção por parte deles. Por isso, deve-se levar em consideração que, no Brasil, o processo de modernização do modo de produção agrícola ainda está em construção. De acordo com a autora:

Trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução. Assim, em todas as regiões do país e não apenas em suas áreas mais empobrecidas, grande parte de suas estratégias de reprodução ainda está consagrada, sob formas diversas, mais ou menos bem-sucedidas, a assegurar a constituição de um patrimônio fundiário estável e transmissível às gerações subsequentes (WANDERLEY, 2003, p. 56).

Wanderley (2003) ressalta em seu trabalho mais de uma postura em relação ao assunto tratado. Em primeiro lugar, trata-se do conceito de agricultura familiar, porque foi estudado e entendido para se ter uma maior compreensão sobre o respectivo tema. Em segundo lugar, o agricultor familiar é um personagem com muita ação e voz, que constrói a sua própria história e sempre procurou adaptar os recursos tecnológicos ao desenvolvimento da agricultura no

meio rural. Por fim, em terceiro lugar, o reconhecimento da diversificação de situações concretas que esta categoria pode incluir.

## **DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE-MINEIRA AO ASSENTAMENTO 2 DE JUNHO EM OLHOS D'ÁGUA**

Em Minas Gerais, a agricultura apresenta um quadro bastante positivo por ocupar o primeiro lugar entre os estados do sudeste com maior número de estabelecimentos, aproximadamente 437.415 mil de acordo com dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2006. Para Guanzioli (2001), em Minas Gerais é possível identificar quase 60% de toda a força do trabalho gerada pela agricultura familiar na região Sudeste do país.

A mesorregião Norte de Minas Gerais é a que mais detém o maior percentual de agricultores familiares com cerca de 24,75%, dando destaque para as plantações de milho, feijão, mandioca e hortaliças, dados divulgados pela EMATER-MG (2014).

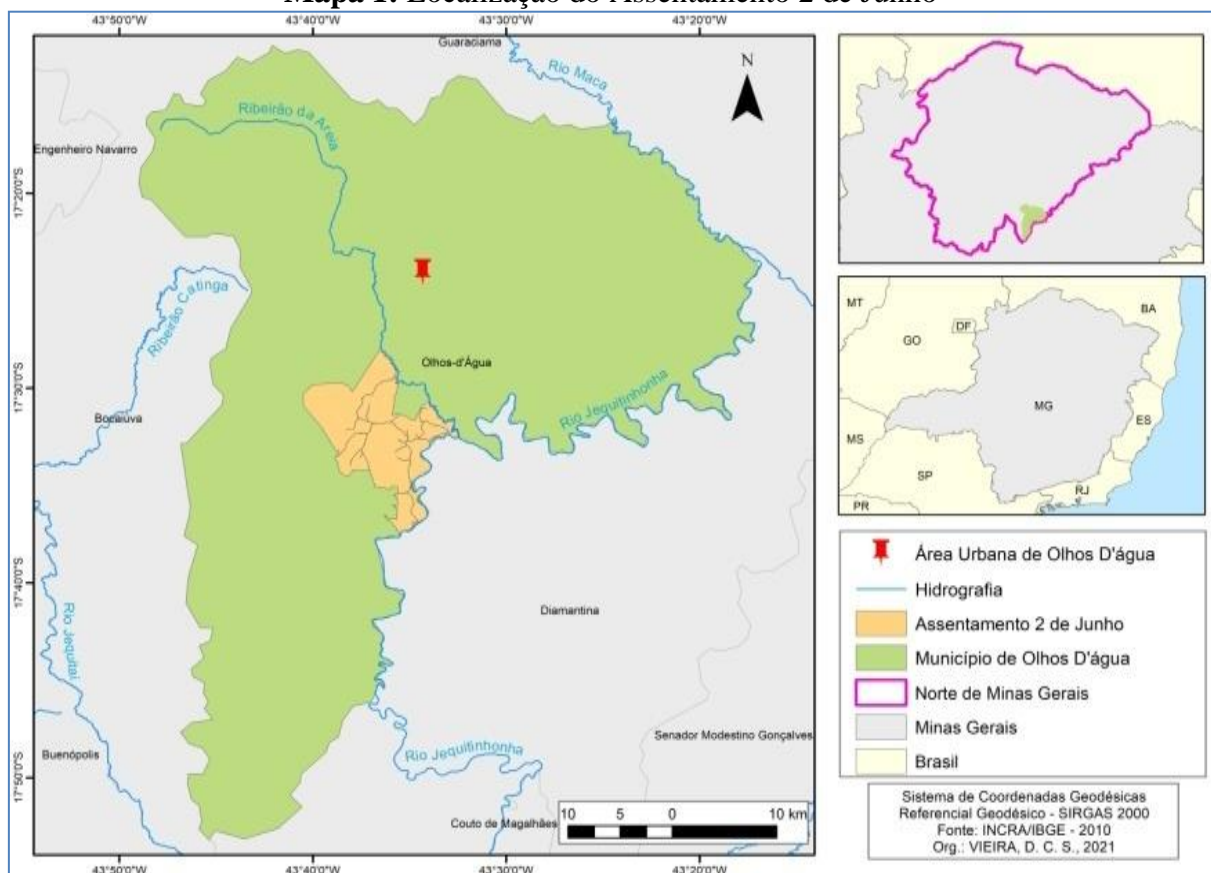
Desta forma, todos estes conceitos e estudos feitos por respectivos autores citados acima dão significativas contribuições para alcançar os objetivos desta pesquisa.

Este capítulo tem como objetivo mostrar o resultado da pesquisa realizada dentro do assentamento 2 de Junho, evidenciando quais são as dificuldades e vantagens que as famílias localizadas nesse espaço enfrentam. Os dados salientados neste estudo foram obtidos por meio de questionários disponibilizados aos moradores que relataram como é viver dentro desse assentamento e o que ele significa para cada uma das famílias.

## **CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO 2 DE JUNHO**

O assentamento 2 de Junho localiza-se dentro da bacia do Jequitinhonha, na área do município de Olhos D'Água, a cerca de 35 quilômetros (km) da cidade e aproximadamente 5 km do Parque Nacional das Sempre Vivas. O seu acesso é realizado por meio da BR-451, como mostrado no Mapa 3.

**Mapa 1:** Localização do Assentamento 2 de Junho



Fonte: Vieira (2021).

A ocupação da antiga fazenda Rocinha iniciou a partir do dia 02 de junho de 1999, de forma não tão pacífica com a presença de cerca 17 famílias que lutavam pela posse daquelas terras inativas com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva (STR). Entretanto, a emissão para conseguirem a tão esperada posse veio em 2005, pois se estenderam por uma área de aproximadamente 14.365.07 hectares de terras que estão no entre meio de duas grandes fazendas cercadas pela presença da monocultura de eucalipto e as margens do Rio Jequitinhonha (SOUZA; SILVA; CARDOSO, 2018).

A partir da emissão de posse obtida, o assentamento passou por grandes avanços ao apresentar a importância e a valorização que as famílias deram para aquelas terras inutilizadas. Atualmente, existem 100 famílias beneficiadas com lotes variando de 20 a 60 hectares (SOUZA; SILVA; CARDOSO, 2018).

**Figura 1:** Mosaico de fotografias (Galpão e escritório do Assentamento)



**Fonte:** Vieira (2020).

A infraestrutura do assentamento foi considerada regular, visto que tem um galpão equipado, conforme a Figura 2, com escritório e acesso à *internet* para a realização de reuniões da associação local, sendo também utilizado pela comunidade para realizar encontros festivos.

Este mesmo galpão é também ponto de apoio para encontros entre os assentados e representantes do Parque Nacional das Sempre Vivas, que está localizado a apenas 5 km do assentamento, pois, de acordo a entrevistada e presidente da associação local, eles desenvolvem com as famílias assentadas projetos de preservação ambiental dentro do assentamento. O projeto mais recente ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro de 2019 com a conservação de nascentes.

**Figura 2:** Escola Municipal do Assentamento



**Fonte:** Vieira (2020).

No ano de 2005, a prefeitura reformou a escola para atender um maior número de crianças do assentamento. Na atualidade, frequentam alunos do 1º ao 5º ano de escolaridade



do ensino fundamental que totalizam um número de 130 alunos. Para as demais séries, os alunos são transportados até a cidade de Olhos D'Água para terminarem o ensino médio.

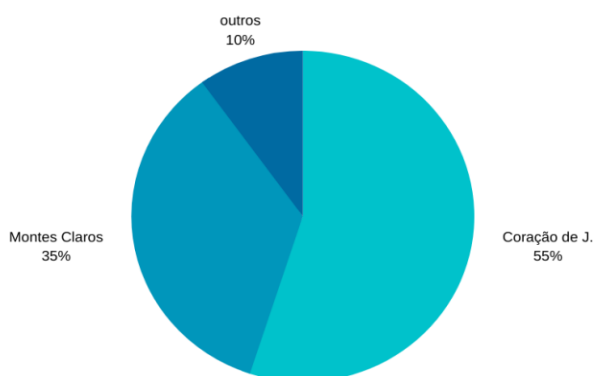
O acesso à educação é garantido por meio da Escola Municipal João Eduardo Pereira, construída na sede da antiga fazenda Rocinha, onde o dono fazendeiro residia (Figura 2). As atividades escolares dentro do assentamento iniciaram-se desde o ano 2000 com o auxílio dos próprios moradores como símbolo de fortalecimento da luta pela terra

Desta maneira, vimos o modo de apropriação dos assentados sobre aquele terreno, o que é uma das principais características para reconhecer e definir um território. Para Souza, Silva e Cardoso (2018), o assentamento rural é uma grande conquista para os assentados, pois dali em diante eles passam a *territorializar* e qualificar os espaços ao torná-los seus. Desta forma, uma terra que antes não tinha utilidade dar lugar à produtividade e desenvolvimento socioeconômico e biossocial.

## PERFIL DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO 2 DE JUNHO

Ao analisar os dados colhidos pelos questionários aplicados aos moradores, ficou perceptível que a origem predominante das famílias que residem ainda hoje no assentamento é proveniente de duas cidades vizinhas: Coração de Jesus, localizada a cerca de 170 km e Montes Claros com aproximadamente 90 km de distância do assentamento, como mostrará no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Origem das famílias assentadas.



**Fonte:** Pesquisa de campo, janeiro de 2020. Vieira, D.C. (2020).

Muitas vezes, os moradores ficaram sabendo sobre o assentamento 2 de Junho por meio da divulgação entre amigos e familiares que estavam à procura de uma vida melhor. Dona Maria Aparecida de Jesus Praes e seu esposo Juscelino Praes são exemplos, pois são de

Coração de Jesus e vieram para o assentamento há 19 anos. Eles têm nove filhos e todos nasceram e foram criados nessa localidade.

Em contrapartida, tem o senhor Cledionir Fred Gonçalves Silva da cidade de Montes Claros que reside dentro da PA há nove anos. Ainda em número menor, existem pessoas de outras cidades, como Bocaiúva, Carbonita e Senador Mourão e Brasília de Minas.

Quando questionado às famílias sobre a participação dos seus filhos jovens no assentamento, obteve-se um grande número de reclamações, porque a maioria dos jovens migram do assentamento por falta de oportunidade de geração de renda, estudo e condições melhores de vida. Como relatou Fábio de 20 anos: “Depois que formei meu ensino médio tive que ir embora, mesmo não querendo, precisava trabalhar ganhar meu dinheirinho para comprar minhas coisas. Gosto muito daqui, para mim não tem lugar melhor, por isso venho todo final de semana que posso”.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos assentamentos espalhados pelo Brasil é a falta de oportunidades e de incentivos para a continuação da agricultura familiar entre os jovens. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) era um programa que incentivava jovens e adultos de assentamentos criados e registrados pelo INCRA para ter acesso desde a educação básica até o curso superior e de pós-graduação.

De acordo com Brasil de Fato (2020), só no ano de 2015 o programa foi responsável pela formação de 192 mil camponeses da alfabetização ao ensino superior. Entretanto, em 2020, no mandato do atual presidente Jair Bolsonaro, o PRONERA chegou ao fim, sendo extinto por meio do Decreto 10.252. Por falta de informação e divulgação dentro da PA 2 de Junho durante esses 20 anos de assentamento, existem apenas cinco casos de pessoas que se matricularam em cursos superiores por intermédio do PRONERA, mas alguns não se formaram.

## **PRÁTICAS PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS PELOS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO 2 DE JUNHO**

O assentamento 2 de Junho contém cerca de 100 famílias assentadas, sendo que muitas sobrevivem com a prática da agricultura familiar utilizando técnicas tradicionais que resultam em fonte de alimentação e renda para esses assentados. Entre os alimentos mais cultivados por eles estão o milho, o feijão e mandioca.

A agricultura familiar encontra-se intimamente inserida no cotidiano dos habitantes do assentamento em estudo. Para favorecer a investigação, foi disponibilizado um questionário

idêntico aos diferentes produtores, buscando saber como é viver e produzir dentro do assentamento. Assim, a primeira pergunta foi sobre o real significado da terra para cada um. Em geral, foi destacado o quanto significava em suas vidas. Como afirma o entrevistado Juscelino: “Para mim a terra é tudo, plantar é a única coisa que sei fazer eu nasci na roça, cresci plantando com os meus pais milho e feijão na minha cidade Coração de Jesus. E agora daqui só quero sair quando morre”.

Temos também outro exemplo de uma moradora que reside no assentamento há mais de 30 anos. Ela é de Coração de Jesus e veio para Olhos D'Água trabalhar com seu marido dentro da fazenda Rocinha. Em seguida, com a formação do assentamento, eles conseguiram legalizar o lote onde eles já residiam anteriormente. Genni Dias tem quatro filhas e mora com seu esposo Isaias Dias. Ela afirmou: “Gosto muito de lidar com a terra e vivo aqui antes mesmo se torna assentamento e não quero sair daqui nunca é tudo mais fácil e tranquilo aqui. Eu mesmo planto minha horta, tenho meu leite todo dia, crio minhas galinhas, porcos e vacas. Retiro meu ganha-pão desta terra”. Muitos concebem a terra como algo insignificante na sua vida, porém para um assentado e agricultor familiar que depende dela para sobreviver, vimos que a terra é algo que reflete renda e sobrevivência fazendo com que a valorizem como uma grande dádiva recebida.

Escolhemos, então, produtores de produtos em comum do assentamento para analisarmos as suas formas de produção e principais dificuldades. Na produção de leite, conversei com duas famílias que produzem requeijão e queijo com o intuito de vender na cidade. A primeira família vende seus produtos de porta em porta dentro de Olhos D'Água, já a segunda tem um ponto de entrega semanal em que comercializa seus produtos em Montes Claros. Eles têm plantações de milho e mandioca para complementar a alimentação de suas criações de gado.

**Figura 3:** Mosaico de fotos - produção de requeijão



Fonte: Vieira (2020).

Dentro do assentamento, existem duas famílias específicas que cultivam a mandioca para a produção de farinha. Um aspecto comum entre elas foi o crédito do Programa Agroamigo do Banco Nordeste, que se trata de um microcrédito rural financiado pelo banco com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), destinado aos agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, as famílias receberam cinco mil reais em crédito e estão empregando na melhoria de infraestrutura da casa de farinha em que eles trabalham, como mostra a Figura 7.

**Figura 4:** Mosaico de fotos - Casa de farinha



**Fonte:** Vieira (2020).

Outra dificuldade relatada por uma dessas famílias que produzem farinha é que, no final do ano de 2019 e início de 2020, houve um grande volume de precipitação na região, resultando na perda total dos mandiocais localizados às margens do Rio Jequitinhonha, devido ao alagamento causado pelo rio.

Para continuar a produzir a farinha, eles utilizaram uma menor quantidade de mandiocas plantadas ao redor da casa. Além do consumo próprio, a farinha produzida dentro da PA também é vendida para os pequenos supermercados de Olhos D'Água e região. A criação de porcos é a segunda forma de ganho para uma destas famílias, que cria esses animais para a comercialização.

Outra plantação bastante prejudicada pelo grande número de chuvas, na região, foi a de cana-de-açúcar, como relatou o produtor Geraldo Pereira Ramos, morador do assentamento desde 2000.

A água minha filha, veio e levou tudo chegou ao telhado do lambique levando minha capinadeira, cana, carroça e tudo que estava lá dentro não deixou nada (...), esse ano não vou fazer pinga e nem ter cana para tratar do

meu gado. Até minha plantação de milho ao redor ficou no chão sem dá para aproveitar nada.

Devido à localização do assentamento às margens do Rio Jequitinhonha, muitos produtores utilizam de lagoas próximas ao rio para plantar. Com o grande volume de chuvas, na região, no período de 2019 a 2020, ocorrem grandes enchentes que atingiram e alagaram todas essas plantações ao seu redor, causando sérios danos para esses produtores que vivem do que colhem da terra.

O milho é um produto que se encontra em todas as casas dentro da PA, usado geralmente para a finalidade de consumo humano e alimento para a criação de gado, galinhas e porcos. Cledionir é o único produtor de milho verde que o cultiva durante todo o ano com o intuito de vendê-lo na feira livre da cidade que ocorre durante as sextas-feiras.

Além de ser vice-presidente da associação do assentamento, participa também do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENAE), com a entrega de milho e outros alimentos na escola municipal da cidade de Olhos D'Água.

**Figura 5:** Plantação de milho no assentamento



**Fonte:** Vieira (2020).

As hortaliças representam um dos produtos encontrados com muita frequência nas casas dos assentados, principalmente durante o período que vai de março a setembro, ou seja, os meses mais frios nesta região, propícios para o cultivo de alface, cenoura, beterraba, repolho, cheiros verdes etc. Cultiva-se, na maioria das vezes, somente para o consumo próprio da família, porém, em alguns casos, eles também as vendem na feira livre da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura alternativa, seja familiar, camponesa, de pequena escala ou tradicional, atualmente, exerce grande importância e vem ganhando representatividade nas últimas décadas por meio de um processo de consciência coletiva.

A atuação do Estado como legitimador desse movimento teve no PRONAF um importante capítulo, uma vez que surgiu em meio aos vários movimentos sociais, forçando o governo da época a criar programas para a melhoria da produção agrícola objetivando o desenvolvimento para as famílias de pequenos agricultores rurais.

A partir do estudo realizado dentro do assentamento 2 de Junho, percebe-se que devido à falta de engajamento político e a falta de mais programas que valorizem essa agricultura, os agricultores foram obrigados a buscar o assalariamento no sentido de garantir melhores condições de vida a suas famílias.

A dificuldade de garantir a renda mínima para o sustento da família tem relação, sobretudo, com a falta de crédito e infraestrutura para escoamento e comercialização, além da precariedade dos serviços públicos básicos para garantir a sucessão familiar nas pequenas propriedades de assentados.

Desse modo, credita-se que para ocorra, de fato, um desenvolvimento e a continuidade da agricultura familiar no assentamento 2 de Junho, é preciso que sejam pensadas estratégias de desenvolvimento rural que priorizem o fortalecimento e a expansão da produção agrícola, bem como o sistema de organização da produção para auxiliar as famílias que vivem dessa prática nessa localidade.

Cabe destacar que as práticas, saberes e fazeres dos camponeses assentados já se caracterizam em uma produção com potencial agroecológico, como garantia de um mercado alternativo ao agronegócio, sobretudo em escala local e regional.

De acordo com o exposto, observa-se a necessidade de que esses agricultores sejam atendidos pela assistência técnica e tenham representação política para que ocorra uma melhoria da vida dentro desse assentamento ao diminuir, assim, o esvaziamento das propriedades.

Apesar dessa problemática e das questões econômicas, ainda assim, a agricultura praticada nos assentamentos brasileiros, em geral, e no assentamento 2 de Junho em especial, proporcionou aos agricultores a possibilidade de trabalhar com a terra, manter suas famílias e preservar o ambiente e a cultura locais, pois é nítido o amor que essas pessoas sentem pelo

seu lugar. Por isso, não medem esforços para permanecer dentro do assentamento 2 de Junho, como sinais de uma nova consciência.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara dos Deputados 2020**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550468-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas-passa-ao-ministerio-da-agricultura/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 jul. 2020.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados** 15, [s. l.], 14 dez. 2001.

CARVALHO, José Juliano de. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso, Editora Expressão Popular, 2008.

CORREIA, Augusto Manuel. **A agricultura familiar versus a agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP**. 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10738/1/REP-Correia%20M.-A%20GRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Agricultura tradicional não é coisa do passado**. 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Agricultura-tradicional-nao-e-coisa-do-passado/3/36210>. Acesso em: 20 abr. 2019.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Trajatória da Agricultura Brasileira**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 18 maio 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, [S. l.], p. 14-34, 8 jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et. al.* **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (org.). Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desmate na Amazônia sobe durante a pandemia**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/desmate-na-amazonia-sobe-durante-pandemia-e-acumula-alta-de-35-em-2020.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FURTADO, Marcella Brasil.; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira.; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Uma leitura a partir da psicologia cultural**, [S. l.], p. 106-115, 7 out. 2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **O Brasil Agrário**. Disponível em: [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/\\_\\_atlas\\_\\_/analiticos-e-sinoticos\\_geral/](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/__atlas__/analiticos-e-sinoticos_geral/). Acesso em: 2 jul. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Uso da terra 2006**. Disponível em: [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/\\_\\_atlas\\_\\_/analiticos/](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/__atlas__/analiticos/). Acesso em: 2 jul. 2021.

GUANZIROLI, Carlos *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Gramond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades Brasileiras**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2029.

LEITE, Ilka Boa Ventura. Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 965-977, 8 dez. 2008.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MATOS, Patrícia Francisca.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Modernização da Agricultura no Brasil e os Novos Usos do Território. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p.290-322, 02 ago. 2011. Semestral.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **XXXXXXXXXXXXXXXX**. Disponível em: MST. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em 12 de julho de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. 2020. **Herança de violência Colonial contra os negros continua até hoje**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-rio-pesquisadores-apontam-que-heranca-da-violencia-colonial-contra-os-negros-continua-ate-hoje/>. Acesso em: 20 jul. 2020. Disponível em: <https://www.historiadetudo.com/ciclo-do-cafe>. Acesso em: 2 jul. 2020.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural**. 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

PALMEIRA, Humberto Santos. Golpe 64 Estado brasileiro não reconhece camponeses assassinados na ditadura. Entrevista concedida a Júlia Dolce. **Brasil de Fato**, São Paulo(SP), 1º abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/01/golpe-64-or-estado-brasileiro-nao-reconhece-camponeses-assassinados-na-ditadura> Acesso em: 10 maio 2020.



QUEIROZ, Gilberto Jose de Farria. Modernização Agrícola e transformações socioespaciais em Goiás: Desigualdade e concentração do desenvolvimento regional no período de 1930 a 2007. **Instituto de Geografia**, Uberlândia, MG, 2 ago. 2010.

RIBEIRO, Marluce Corrêa. Agronegócio é cultivo. **Agromulhe**, [s. l.], 14 ago. 2020.  
Disponível em: <http://www.agromulher.com.br/agronegocio-e-cultivo/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, Suzana Grazielle de.; SILVA, Cássio Alexandre da.; CARDOSO, Aline Fernanda. Projeto de assentamento dois de junho olhos d'água- mg: da luta pela terra aos processos de territorialização. **Anais...VI Congresso em Desenvolvimento Social**, [s. l.], 14 ago. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareh Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42-61, 26 out. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareh Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

---

**Artigo recebido em: 06 de novembro de 2022.**

**Artigo aceito em: 11 de junho de 2023.**

**Artigo publicado em: 16 de junho de 2023.**